CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE Nº 882/80

INTERESSADA: CÂMARA DO ENSINO DO TERCEIRO GRAU

ASSUNTO : Projeto de Deliberação sobre normas a respeito de indicação de candidatos ao magistério, à aprovação do Conselho Estadual de Educação, feita pelos estabelecimentos isolados de ensino superior oficiais municipais

RELATOR : Cons. Alpínolo Lopes Casali

INDICAÇÃO CEE Nº 02/80 - CTG - APROVADO EM 21 / 05 /80

Esta indicação objetivava, a princípio, alterar, pela terceira vez, a Deliberação-CEE nº 8/76, que dispõe sobre normas a respeito de indicação de candidatos ao magistério, à aprovação pelo Conselho Estadual de Educação, feita pelos estabelecimentos isolados de ensino superior oficiais municipais.

As duas primeiras modificaram vários artigos do texto original da Deliberação, e outro tanto sucederia com a terceira.

É exato que nos dispúnhamos a proceder à consolidação, embora não oficial, do texto primitivo remanescente da Deliberação e de suas alterações. No entanto, ao conhecerem o nosso propósito, os nobres Conselheiros Paulo Romeo e Vaz Guimarães nos sugeriram a elaboração de projeto de Deliberação em substituição àquela, embora importasse em sua revogação. E a respeito do novo documento permutamos impressões.

A sugestão foi afinal acolhida. É verdade, porém, que as diretrizes firmadas pela Deliberação-CEE nº 8/76 serão conservadas, e até mesmo o pensamento de mais de um de seus artigos.

Por essa razão, ainda permanecem atuais o Parecer CEE nº 304/76 (Cons. Paulo Nathanael), que embasou o texto original da Deliberação - CEE nº 8/76, e as Indicações-CEE nºs. 6/77 (Cons. Paulo Nathanael) e 1/78 (Conselheiros Lopes Casali e Paulo Nathanael) que explicam a primeira e a segunda alteração da Deliberação.

E estas são as razões para a nova alteração da Deliberação, do que resulta projeto de Deliberação que a revoga.

1 - A aplicação das normas da Deliberação-CEE nº 8/76 vem revelando que as mesmas não deram solução a fatos, que vêm ocorrendo, ao nível do estabelecimento isolado de ensino superior. Urge que assim não mais aconteça.

2 - A vivência com os protocolados relativos à aprovação de professores, indicando por aqueles estabelecimentos de ensino, demonstra,

à sociedade, que é comum encontrar-se já no exercício da docência o professor, cuja indicação é submetida à aprovação do Conselho Estadual de Educação, conforme dispõe a Deliberação.

Segundo se colhe da leitura de pedidos e se ouve de diretores - ou secretários, nem sempre os professores deixam a docência, com possibilidade ou interesse em observar o prazo do aviso-prévio, referido na legislação trabalhista. Assim, esclarecem, ou se interrompem as aulas da disciplina, com prejuízo do calendário escolar, até que o Conselho aprove a indicação de substituto, ou, do contrário, sob a pressão das circunstâncias ou dos alunos, a este substituto são confiadas as aulas. E, dentro de maior ou menor prazo, os estabelecimentos encaminham ao Conselho a indicação do seu nome para efeito de aprovação. Todavia, ao fazê-lo, nem todos requerem a convalidação dos atos docentes praticados até o ato de aprovação pelo Conselho.

Em conseqüência, são inúmeros os pedidos posteriores de convalidação e, por conseguinte, também os atos do Conselho que se lhes referem.

2.1 - A fim de que esses docentes possam ministrar aulas, regularmente, antes da autorização, franquear-se-á aos estabelecimentos admití-los, sujeitos, porém, à condição de virem a ser aprovados pelo Conselho. Seria uma admissão, a título experimental, atendida, entretanto, a legislação trabalhista.

Esta a solução que nasceu durante o exame de sucessivos casos - na Câmara do Ensino do Terceiro Grau.

Em exercício na docência, os estabelecimentos isolados estariam obrigados a protocolar, no Conselho Estadual de Educação, os pedidos de aprovação do professor, dentro de dez (10) dias, a contar da data do início do seu trabalho docente, sob pena de nulidade deste.

Se acaso a indicação vier a ser indeferida, o Conselho considerará regulares as aulas ministradas até a data de aprovação do Parecer denegatório, salvo erro grosseiro na indicação.

3 - É curial que, dos currículos mínimos fixados pelo Conselho Federal de Educação para os cursos referidos no art. 26 da Lei nº 5.540, de 1968, existam matérias e não disciplinas. Conforme o Parecer CFE nº 85/70, as matérias podem dar origem a uma só disciplina ou, por desdobramento, a mais do uma. Quando não houver desdobramento, a nomenclatura da disciplina será igual à da matéria. Desdobrada a matéria, a sua nomenclatura geral deverá ser explicitada nos desdobramentos.

Vale dizer, pois, que os currículos dos cursos, com o acréscimo de Estudo de Problemas Brasileiros e Educação Física, quando não

previstos nos currículos mínimos, bem como das disciplinas que se originarem das matérias complementares, escolhidas pelos estabelecimentos, ao serem trasladados para o regimento ou um de seus anexos, deverão - afeiçoar-se às matérias e disciplinas obrigatórias federais e às obrigatórias complementares.

Nos cursos de que trata o art. 18 da Lei, nos currículos, já aprovados pelo Conselho Federal de Educação, aparecem disciplinas e não matérias. E assim deve suceder em relação aos currículos de novos cursos.

Quando da indicação de docentes desses cursos, há de ser observada, rigorosamente, a nomenclatura das disciplinas.

Entretanto, estabelecimentos há que, por ocasião da indicação de professores à aprovação, alteram as nomenclaturas das matérias e até mesmo das disciplinas.

Em razão do que, são várias as diligências, ao nível de Assistência Técnica ou de Relator, postergando-se assim a aprovação das indicações.

Esta indicação, ainda refletindo debates na Câmara do Ensino do Terceiro Grau, visa a eliminar tais vícios nas indicações de candidatos ao magistério.

4 - Há mais - Os ofícios dos estabelecimentos, em sua maior parte, são passíveis de reparo. Sendo várias as hipóteses previstas para a fundamentação da indicação, é comum a ausência do dispositivo normativo em que o pedido se fundamenta. Em conseqüência, a documentação é oferecida desordenadamente, o que obriga o Relator a proceder à pesquisa para saber qual ou quais os suportes normativos da indicação, e a selecionar, quando possível, os documentos. Quando possível - diz-se - porque, às vezes, os documentos oferecidos são imprestáveis como prova para o curriculum vitae exibido.

Esta Indicação, orientando os estabelecimentos de ensino, pretende facilitar o trabalho dos Diretores e Conselheiros.

5 - Ocorre, ademais, que o Decreto estadual nº 14.625, de 28 de dezembro de 1979, simplificou exigências relativas à apresentação de documentos na Administração Pública Estadual Centralizada e Descentralizada.

No que tange à Deliberação-CEE nº 8/76, foi abolida, a exigência dos atestados de residência, idoneidade moral e de bons antecedentes. Agora, aceita-se, em substituição, declaração datilografada ou manuscrita, assinada pelo interessado ou seu procurador legal. (art. 1º, § 1º). E será havida como verdadeira até prova em contrário.

E conforme dispõe o art. 6º do Decreto em tela: "Para controle e correção de eventuais abusos e fraude decorrentes da simplificação de exigências de que trata este Decreto, os órgãos e unidades da Administração Centralizada e Descentralizada intensificarão as atividades de fiscalização "a posteriori", por amostragem e outros meios estatísticos de controle do desempenho, concentrando-se, especialmente, na identificação de casos de irregularidades".

"Verificada em qualquer tempo - declara o art. 7º - a ocorrência de fraude ou falsidade em prova documental ou declaração do interessado, a exigência será considerada como não satisfeita e sustados os atos praticados em conseqüência de sua apresentação, devendo o órgão ou entidade dar conhecimento do fato à autoridade competente, no prazo de 5 (cinco) dias para a instauração de processo criminal".

6 - A Deliberação-CEE nº 8/76 abrange, no art. 4º, caput, as três classes da carreira docente: - Professor I; Professor II e Professor III. Mas, no parágrafo único o artigo incorporou ao texto o princípio do notório saber apenas ao Professor I, embora sob outras expressões. No entanto, ainda devido a debates na Câmara do Ensino do Terceiro Grau, o princípio deve aplicar-se, extensivamente e com melhor razão, ao Professor II e III. Por esse motivo e razão metodológica, o projeto o inscreveu em artigo autônomo (art. 9º).

7 - O inciso "e" do art. 4º da Deliberação CEE nº 8/76, além dos títulos ou atividades discriminadas nas letras, "a", "b", "c", e "d", admitia a apresentação de outros que, a critério do Conselho Estadual de Educação, pudessem ser considerados na qualificação profissional do candidato ao magistério, para o ensino da disciplina. Cita-se, a título de exemplo, a Residência Médica.

O indigitado inciso "e" abriga, outrossim, implicitamente, o princípio de que, entre aqueles "outros títulos", despontam os de Mestre e de Doutor por cursos de pós-graduação ainda não credenciados na forma da lei ou conferidos por instituições do ensino estrangeiros, independentemente de revalidação.

A fim de confirmar orientação da Câmara do Ensino do Terceiro Grau, sufragada pelo Plenário do Conselho Estadual de Educação, há, no projeto, o art. 7º; que consagra o princípio. Num e noutro caso, exige-se, no entanto, que as instituições de ensino sejam de notório padrão.

8 - O projeto de Deliberação foi submetido, previamente, ao exame dos nobres Conselheiros da Câmara, os quais, com sua intervenção, melhoraram o seu texto.

9 - Isto posto, submetemos, de início, à Câmara do Ensino de Terceiro Grau, e, a seguir, ao Pleno, o projeto de Deliberação em anexo.

São Paulo, 14 de abril de 1980

a) Cons. Alpínolo Lopes Casali - Relator

DECISÃO DA CÂMARA

A Câmara do Ensino do Terceiro Grau adota como seu parecer o Voto da Relator.

Presentes os nobres Conselheiros: Alpínolo Lopes Casali, Armando Octávio Ramos, Eurípedes Malavolta, Henrique Gamba, Moacyr Expedito M. Vaz Guimarães. Nicolas Boer Paulo Gomes Romeo e Tharcísio Damy de Souza Santos.

Sala da Câmara do Ensino do Terceiro Grau, em 16.4.80

a) Cons. Moacyr Expedito M. Vaz Guimarães - Presidente

DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por maioria, a decisão da Câmara do Ensino do Terceiro Grau, nos termos do Voto do Relator. Foram votos vencidos os Conselheiros Renato Alberto T. Di Dio e Roberto Moreira.

Sala "Carlos Pasquale", em 21 de maio de 1980.

a) Consa. MARIA DE LOURDES MARIOTTO HAIDAR - Presidente

DECLARAÇÃO DE VOTO

A nova deliberação tem méritos indiscutíveis, notadamente os que se referem à preocupação de desburocratizar os processos de pedidos de aprovação de docentes do 3º grau.

Há, todavia, um ponto com o qual, data vênua, não posso concordar. Sei do senso de responsabilidade com que os doutos membros da Câmara de 3º Grau têm examinado as solicitações de desaprovação de docentes. E, pelo que conheço de cada um de seus componentes, não teria dúvidas em deixar a seu critério, independentemente de fixação de requisitos formais, as decisões a respeito.

Entretanto, um Colegiado precisa de normas, que delimitem a ação das pessoas que o constituem e sirvam de parâmetro às mantenedoras e aos professores a que devem obedecer ao contratar um docente de ensino superior.

1. Em primeiro lugar, é preciso que se saliente que toda norma deve, a um tempo, levar em consideração a realidade e estabelecer um ideal a ser perseguido. Toda norma visa a um valor e a um ideal. Assim, não se pode aceitar o argumento de que a nossa realidade atual não comporta a exigência de professores com dedicação exclusiva ou, pelo menos, com formação específica em nível de pós-graduação.

Submeter-se à imposição dos fatos, abdicando de perseguir um ideal, implicaria na renúncia à formulação de qualquer norma.

Os que criticam as leis em vigor, por imporem requisitos que, no momento, são difíceis de serem satisfeitos, esquecem-se de que as leis possuem também uma função estimuladora da mudança e da perfectibilidade social.

2. Admitir-se que possa ser contratado, para lecionar, o portador de diploma de graduação com experiência profissional, seria consagrar o exercício do magistério superior como "bico". Que, excepcionalmente, examinadas as peculiaridades de cada caso, se permitia, a título precário, que um advogado, um engenheiro, um médico, um juiz, um promotor, um arquiteto, um matemático lecionem, é compreensível. Mas exarar normas que ensejem essa contratação como rotina seria o

mesmo que descaracterizar a função docente.

Ótimos causídicos, brilhantes engenheiros, eminentes médicos podem conhecer muito bem sua profissão e, não obstante, podem ser maus professores.

O magistério não é uma para-profissão, uma quase-profissão ou uma profissão pela metade. É uma profissão inteira que requer formação especializada. Um profissional que nunca tenha estudado disciplinas pedagógicas, que não conheça filosofia, psicologia e sociologia da educação, que não fez cursos de avaliação do desempenho escolar, não tem condições de ensinar, a não ser em casos especialíssimos que não desmentem a regra.

3. O Estado de São Paulo tem a responsabilidade de liderar todo esforço de aperfeiçoamento da educação brasileira. Fala-se em melhorar o nível do ensino. E por onde deve começar essa melhora? Pela elevação do nível dos docentes, que irão formar todos os tipos de profissionais, inclusive os professores de ensino de 1º e 2º grau, os quais, por sua vez, se tiverem recebido uma boa educação, deverão estar em condições de apurar a qualidade do ensino em todos os segmentos da escolaridade.

4. É por isso que, como norma, sou de parecer que todo candidato ao magistério superior, deve preencher, pelo menos, um dos dois requisitos contidos nas letras "a" e "b" do inciso II do art. 4º da Deliberação cuja aprovação esta em pauta.

São Paulo, 12 de maio de 1980

a) Cons. Renato Alberto T. Di Dio